

A Sagrada Escritura e a Igreja sob o ponto de vista protestante

por Heinrich Tappenbeck

Antes de começar a abordar o tema de hoje gostaria de expressar meus agradecimentos pelo honroso convite de proferir uma conferência na Semana Ecumênica do Colégio Máximo Cristo Rei. Vejo neste convite mais um sinal das relações de boa vizinhança, que se têm desenvolvido nos últimos anos entre as nossas duas Faculdades de Teologia. Permitam-me uma observação breve de caráter pessoal a respeito.

É muito provável que, em alguns meses, depois de oito anos de serviço na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, voltarei a minha terra natal na Alemanha. Entre as melhores e ao mesmo tempo mais surpreendentes experiências que levarei na memória, figuram as reuniões ecumênicas que nós, docentes das nossas duas Faculdades bem como do Seminário Maior de Viamão, mantivemos desde 1957. Esses contatos me levaram a um melhor entendimento da posição da Igreja Católica Romana e a uma alta consideração da sua obra realizada neste país. As esperanças de uma melhor confraternidade entre os cristãos, suscitadas em especial pelo pontificado do saudoso Papa João XXIII, para mim, no meu serviço futuro, estarão sempre ligadas com as referidas experiências pessoais aqui em São Leopoldo.

Ora, não quero riscar o que acabo de afirmar pelo fato de ter escolhido, para a conferência de hoje, um tema de controvérsia entre católicos e protestantes. O nosso tema é: «A Sagrada Escritura e a Igreja sob ponto de vista protestante», e desejamos abordar, o princípio «*sola scriptura*» dos Reformadores. A controvérsia que existe nesse ponto, foi expressa de maneira nítida pelas famosas palavras, pelas quais Martinho Lutero, no ano 1521, na cidade de Worms, diante do Imperador e da Dieta alemã, se recusou a revogar os seus livros e os erros que lhe haviam sido alegados: «A menos que seja vencido por testemunho das Escrituras ou por razão evidente — pois não creio somente no Papa nem nos concílios, pois é um fato que eles já têm errado e várias vezes contradito a si mesmos — não posso nem quero revogar nada, vencido pelas palavras da Escritura que citei e tendo minha consciência captada nas palavras de Deus; porque agir contra a consciência não é nem destituído de perigos nem sincero. Aqui estou; de outra maneira não posso. Que Deus me ajude. Amém». (1)

Entretanto, antes de tratarmos das características do ponto de vista protestante, parece-nos bom salientar que a Sagrada Escritura,

antes de mais nada, é um tesouro que todos os cristãos tem em comum, tesouro êsse que não os separa apenas, mas também os une.

Experiências que hoje fazemos já o provam. Em nossas reuniões ecumênicas a Sagrada Escritura nos servia sempre de nôvo como base nas tentativas de um reconhecimento comum da verdade. E em nossos dias ambos, o catolicismo e o protestantismo, lutam em tornar o homem moderno familiarizado com a Bíblia. Ambos propagam a sua leitura. E mais: parece que em nenhum setor de pesquisas teológicas, católicos e protestantes se aproximavam de tal maneira como no campo da teologia bíblica. Assim sendo, o exegeta católico Otto Kuss declarou há dois anos: «A recepção dos resultados da exegese histórico-crítica fêz progressos em todo o mundo, de maneira que se pode constatar um «consensus exegeticus» muito amplo entre os exegetas de tôdas as correntes» (2). Ora, Kuss afirma isso com respeito à exegese histórico-crítica, exegese essa não reconhecida por todos de maneira igual. Mas as divergências entre a exegese histórico-crítica e uma exegese mais fundamentalista existem no seio do catolicismo bem como no protestantismo (3).

A Sagrada Escritura é um tesouro que tôda a cristandade tem em comum. Prova disso não são apenas experiências, mas também a avaliação dogmática, a qual a Escritura goza nas diversas Igrejas. Não a doutrina protestante apenas, mas também a doutrina católica se pronuncia de maneira muito positiva sôbre a Escritura. Parece-nos que o protestante deveria, disposto de aprender algo, observar com muita atenção as atuais discussões dentro do catolicismo sôbre a relação entre Escritura e Tradição, que culminam nos debates do Concílio Vaticano II «*de fontibus revelationis*», ou melhor, «*de divina revelatione*».

Todavia, quando chamamos a Sagrada Escritura de um tesouro que tôda a cristandade tem em comum, pensamos ainda em algo mais. A Escritura testemunha, como em seguida veremos mais detalhadamente, que Deus em sua benignidade se voltou a nós homens em Jesus Cristo. Com isso, Deus tem a intenção de criar a Igreja como o seu povo. A Igreja é uma realidade para com Deus antes de ser uma realidade empírica, bem como o santuário de Israel era de realidade celestial, mostrada a Moisés como modelo, antes de ser construído conforme êsse modelo e conforme as ordens de Deus no deserto (cf. Êxodo 25, 9 etc.). Assim sendo, também a unidade da Igreja é uma realidade para com Deus em Cristo pela sua obra salvadora, antes de essa realidade ser visivelmente instalada. No que Deus fêz por nós, a nossa unidade já está confirmada e consolidada no céu apesar de tôdas as nossas discórdias e separações. «Todos quantos fostes batizados em Cristo, de Cristo vos revestistes... Todos vós sois um em Cristo Jesus» (Gál. 3, 27 e 28). É isso que a Sagrada Escritura nos testemunha.

Mas consideremos agora a questão «*sola scriptura*». Para conseguirmos uma noção certa dêsse princípio protestante, é bom, ao nosso ver, servirmo-nos de uma distinção que Karl Barth fêz nos Prolegômenos de sua Dogmática (4). A Escritura é a palavra de Deus para nós. Porém, a palavra de Deus se nos manifesta em três formas

diferentes, das quais a Escritura é uma só. A palavra de Deus se manifesta a nós primeiro como o Verbo encarnado, segundo como o Verbo escrito, terceiro como o Verbo pregado.

1º O Verbo encarnado é Jesus Cristo. Na vinda de Jesus, em sua mensagem, em seu viver, morrer e ressuscitar, em toda sua existência Deus fala a nós homens. Cristo é a revelação plena e última, na qual Deus se manifesta a si mesmo à humanidade.

2º O Verbo escrito é a Escritura como testemunho normativo da revelação divina em Jesus Cristo. O Velho Testamento, a ser entendido à luz do Nôvo, testemunha a preparação dessa revelação pela ação de Deus para com Israel, povo escolhido por êle. O Nôvo Testamento nos testemunha a revelação divina em Cristo como tal. É, como testemunho apostólico, o testemunho imediato do Verbo encarnado. Cada testemunho posterior é um testemunho mediato.

3º Também o Verbo pregado é Verbo de Deus. Transmite o Verbo divino, encarnado na pessoa de Cristo e testemunhado de maneira normativa na Escritura, aos homens de cada época. Atualiza a revelação de Deus em Jesus Cristo, que pode ser resumida na expressão «Deus pro nobis» de Romanos 8, 31. Tal atualização não se faz de maneira tal que a substância daquilo que Deus nos disse em Jesus Cristo fôsse alterada, mas de modo tal que o «pro nobis» é, por assim dizer, traduzido para a situação concreta, na qual o respectivo ouvinte se encontra. Porém, para que isto se torne mais claro: Deus é «pro nobis» e «pro vobis», não basta simplesmente citar as fórmulas antigas ainda que bíblicas. O Verbo de Deus precisa ser pregado sempre de nôvo em novas palavras.

Agora, é importante para nossos fins, considerarmos mais de perto ainda as relações entre a Escritura e as duas outras formas do Verbo de Deus. Trataremos, no que segue, especialmente do Nôvo Testamento, deixando de lado particularidades do Velho Testamento.

Analisemos, em primeiro lugar, a relação entre a Escritura e o Verbo encarnado. A Escritura é o testemunho do Verbo encarnado. Sem o Verbo encarnado a Escritura não seria nada. Sômente dêle ela tem sua autoridade. Mais exato ainda: Ela sômente tem autoridade enquanto testemunha o Verbo encarnado. Por isso Lutero pôde dizer: «Precisa-se entender a Escritura não contra, mas sim pró Cristo, de modo que seja posta em relação a êle ou então nem considerada como Escritura... Se os adversários fizerem uso da Escritura contra Cristo, nós recorreremos a Cristo contra a Escritura» (5). A apostolicidade é definida, por Lutero, da seguinte maneira: «Tudo que não ensina a Cristo, não é apostólico, mesmo que ensinado por Pedro ou Paulo; por outro lado, tudo que prega a Cristo, é apostólico, ainda que procedente de Judas, Anaz, Pilatos ou Herodes» (6).

O cânone não tem autoridade absoluta, mas sim, relativa. Daí resulta a possibilidade e até a necessidade de uma classificação dos livros canônicos ou de partes dos mesmos. Há livros de maior e de menor importância. Lutero, como se sabe, indicou uma tal classificação, alterando, em sua tradução do Nôvo Testamento, a ordem de algumas epístolas. Também os resultados da exegese histórico-crítica parecem confrontar-nos com a necessidade de certa classificação. Não

obstante o caráter transitório de muitos resultados, destaca-se mais e mais a diversidade dos autores bíblicos, não quanto ao seu estilo ou seu ambiente apenas, mas também quanto a sua teologia. Parece ao menos ao exegeta protestante, que os autores não apenas se complementam mutuamente, mas que às vezes também se contradizem uns aos outros, de modo que nós temos que fazer uma escolha. Não uma escolha ao nosso prazer, mas sim, uma escolha determinada pela própria Escritura em seu testemunho do Verbo encarnado.

Com tudo isso já foi dito que a Escritura como palavra de Deus é ao mesmo tempo palavra de homens. O caráter divino da Escritura não pode ser assegurado com a negação ou a limitação do seu caráter humano. Quando isto ocorre na doutrina da inspiração verbal dos livros bíblicos, doutrina essa mantida entre teólogos ortodoxos no protestantismo bem como no catolicismo, não podemos mais segui-la, como nos parece. O próprio Cristo se fez carne, e é pelas palavras de homens, em todas suas limitações, que ele, o «Logos» divino, vem a nós. É por meio de tais limitações que Deus se nos revela em toda sua plenitude.

A Escritura em si mesma não é revelação. É revelação de maneira indireta apenas. É, isso sim, o testemunho da revelação de Deus em Jesus Cristo. Sua autoridade não é sua, mas sim, do Verbo encarnado. Mas aqui temos que evitar um mal-entendido. O que foi dito não significa que pudéssemos ter acesso ao Verbo encarnado sem a Escritura. O Verbo encarnado somente se nos manifesta através do testemunho das suas testemunhas. Em tudo isso, o testemunho não é o relato de observadores neutros. Desde as origens, as testemunhas deram o seu testemunho na interpretação da sua fé. Não pode ser de outra maneira, uma vez que Deus se revela como sendo o «Deus pro nobis».

É só por meio do testemunho da fé que temos acesso ao Verbo encarnado. É justamente tal conclusão, à qual chegou também a moderna exegese histórico-crítica, usando em especial os métodos da assim chamada «Formgeschichte». Na busca do «Jesus histórico» provou-se impossível verificar, na tradição dos evangelhos, um estágio neutro, e, por assim dizer, «pré-testemunhal». Tudo que ouvimos sobre Jesus, até nas mais antigas tradições do Novo Testamento, é um testemunho já moldado pela fé.

A Escritura como tal não é revelação, mas sim, testemunho da revelação de Deus no Verbo encarnado. Por outro lado não temos outro acesso ao Verbo encarnado a não ser por meio das suas testemunhas que, na fé, testificam o «Deus pro nobis». Aqui surge a pergunta: Quem garante a autenticidade desse testemunho? Quem garante que nesse testemunho de homens é realmente Deus que se dirige a nós?

A nossa resposta é: Não existe outra garantia a não ser a garantia dada pelas próprias testemunhas. Só nos resta crer ou não crer no seu testemunho. Uma garantia não se consegue por meio de quaisquer qualidades externas do testemunho, seja pela antiguidade da Escritura, seja pela coincidência entre promessas e cumprimentos, seja pelo juízo favorável das ciências modernas — «A Bíblia tinha

razão» — etc. Nem outras fontes, como o consenso da Igreja ou uma definição autoritária do magistério nos fornecem uma garantia. A antiga teologia dogmática protestante recorria, nessa questão, ao «**testimonium spiritus sancti internum**». Isto quer dizer: Só Deus mesmo, por meio do seu Santo Espírito, nos dá a certeza. Mas êsse teologumenon do «**testimonium spiritus sancti internum**» precisa de uma interpretação certa. O Espírito Santo aqui não pode ser compreendido como sendo uma instância que se manifeste fora da Escritura, de modo que o seu «**testimonium**» se materialize, por exemplo, em experiências psíquicas, servindo então essas como base da certeza. O «**testimonium spiritus sancti internum**» realiza-se, antes, por meio da própria Escritura, de maneira que o testemunho da Escritura se torna evidente, ganhando vigor convincente. No «**testimonium spiritus sancti internum**» é concedida a prece que Martinho Lutero, num hino pentecostal, assim formulou: «Tu Santa Luz e Protetor, demonstra-nos do Verbo o fulgor» (7).

Considerando as três formas diferentes da palavra de Deus, acabamos de analisar a relação entre o Verbo escrito e o Verbo encarnado. Em seguida, trataremos da relação entre o Verbo escrito e o Verbo pregado.

De início constatamos: Também o Nôvo Testamento fala da Escritura (**grafe**), porém, refere-se sempre ao Velho Testamento. Quanto à mensagem de Cristo, não a forma escrita, mas sim, a forma oral é a original e a mais adequada ao evangelho. É a alocação de viva voz, na qual a mensagem do «**Deus pro nobis**» quer concretizar-se para cada ouvinte. Não a mensagem, mas sim, os ouvintes se alteram, em sua linguagem e em seu modo de entender. Por isso, o evangelho não pode ficar prêso em formas fixas. Lutero pôde dizer: «**Tota vita et substantia ecclesiae est in verbo Dei. Non de evangelio scripto, sed vocali loquor**» (Tôda a vida e a substância da Igreja provêm do Verbo divino. Não me refiro ao evangelho escrito, mas sim, ao evangelho proclamado de viva voz) (8). Lutero também acentua que Cristo e a maioria dos apóstolos não nos legaram nada por escrito, e que os quatro apóstolos Mateus, João, Pedro e Paulo sômente o fizeram em pequena escala (9). O testemunho apostólico da revelação divina em Jesus Cristo é antes de mais nada testemunho oral e pregado. A fixação escrita dêsse testemunho sômente vem reparar uma necessidade. Êsse reparo, no entanto, era inevitável. O Verbo se fêz carne, escolhendo uma determinada época da história humana para sua manifestação. Por isso, o testemunho imediato dêsse acontecimento é de importância fundamental para cada testemunho futuro. A Igreja foi edificada «sobre o fundamento dos apóstolos e profetas» (Ef. 2, 20). Sômente pela fixação escrita era possível conservar o testemunho apostólico por muito tempo e de maneira certa, testemunho êsse que figura como critério, como «cânone», para cada outra pregação do evangelho e para a fé daí resultante. Isso significa que o Verbo pregado entre nós hoje não pode deixar de seguir ao critério do Verbo escrito. O Verbo pregado, embora palavra humana, é ao mesmo tempo palavra divina, porque e enquanto concretiza o testemunho do Verbo escrito para os respectivos ouvintes. Para o pregador que destarte

se mantém em concordância com o testemunho apostólico, vale a promessa de Cristo «Quem vos ouve, a mim me ouve» (Luc. 10, 16).

Da Sagrada Escritura assim entendida nós protestantes afirmamos que seja a única fonte da pregação e da fé cristãs. No que segue, tentaremos esclarecer ainda algo mais o princípio «**sola scriptura**», discutindo algumas objeções a êsse princípio. Abordaremos, em rápidas considerações, as seguintes perguntas.

1º Por que razão toma o protestantismo a Escritura como a única e exclusiva fonte da fé?

2º Não é verdade que foi a Igreja que fixou os limites do cânone, demonstrando assim uma autoridade que não depende da Escritura?

3º A realidade do Espírito Santo na Igreja não é esquecida quando se afirma o princípio «**sola scriptura**»?

4º A multiplicidade das exegeses, muitas vezes contraditórias, não comprova a necessidade de um magistério autoritário na Igreja?

A primeira pergunta: Por que razão toma o protestantismo a Escritura como a única e exclusiva fonte da fé?

Em nossa resposta pressupomos como base comum que, para a pregação e a fé da Igreja, o testemunho apostólico é a única norma. Partindo dessa base, o nosso primeiro argumento é de caráter histórico: Como já foi dito, a fixação do testemunho apostólico na Sagrada Escritura é a única documentação certa dêsse testemunho. A tradição apostólica oral que, conforme a doutrina católica, tem autoridade igual à da Sagrada Escritura, não pode ser traçada, por meios históricos, de maneira suficientemente certa até as suas origens. Parece-nos que ao menos não existe nenhuma verdade que não esteja contida na Escritura, que destarte possa ser comprovada indubitavelmente apostólica.

Nosso outro argumento é de caráter dogmático, assim como também a doutrina católica conhece, além de meios históricos, um critério dogmático para comprovar uma tradição normativa. Êsse critério dogmático é — citamos da Teologia Fundamental de Albert Lang (pág. 290) — «o consenso infalível da **'ecclesia docens'** ou da **'ecclesia audiens'**». Para o protestante, nessa doutrina não parece conservada, de maneira suficiente, o caráter normativo do testemunho apostólico. A Igreja pós-apostólica em sua totalidade é e deve ser **'ecclesia audiens'** diante dêsse testemunho. A tese referente ao consenso da Igreja pós-apostólica nos parece abrir caminho para um solilóquio da Igreja, praticamente independente do testemunho apostólico. É aqui que vemos em perigo a verdadeira e viva sucessão apostólica que nos parece garantida exclusivamente pelo Verbo escrito. Sirvam como ilustração algumas frases de Karl Barth, embora fazendo uso do termo «sucessão apostólica» de modo incomum: «É decisivo para o conceito de uma sucessão viva que se conceba o antecessor como sendo vivo, em pleno e livre gozo de poder sobre o sucessor. No caso em que o antecessor tenha morrido há muito tempo, tais condições não podem existir a não ser que a mensagem do antecessor seja fixada por escrito e que seja reconhecido que é justamente nessa palavra escrita que o antecessor tenha ainda hoje vida e poder livre sobre

a Igreja. É da existência por escrito do cânone, é do seu caráter de 'scriptura sacra' que depende sua autonomia e independência, e assim seu poder livre sobre a Igreja, e assim a vivacidade da sucessão» (10).

A segunda pergunta: Não é verdade que foi a Igreja que fixou os limites do cânone, demonstrando assim uma autoridade que não depende da Escritura?

Essa pergunta é abordada em várias obras da teologia dogmática protestante. Não sei bem certo em que medida existe ainda uma controvérsia atual nesse ponto. Johann Eck argumentou contra Lutero: «**Scriptura non est autentica sine autoritate ecclesiae**»: A Escritura não é autêntica sem a autoridade da Igreja (11). Por outro lado, Bernardo Bartmann escreve: «Os livros (da Escritura) são canônicos antes de tudo (!) porque inspirados, depois (!), porque reconhecidos como tais pela Igreja» (12). Aqui a relação entre a Escritura e a Igreja parece ser a de superioridade e subordinação. Sendo isso esclarecido, também o protestante agradece à Igreja por lhe ter dado a Escritura. É, porém, com reserva que ouvimos uma formulação como esta de Michael Schmaus que caracteriza a Escritura como «o Verbo divino escrito, garantido (!) pela Igreja» (13). O protestante está antes inclinado a igualar a Igreja, como Karl Barth expõe, à mulher samaritana. Quanto a ela, lemos em João 4 que muitos samaritanos chegaram a crer em Jesus por causa das palavras dela. Depois porém, lhe declararam: «Já não é por causa das tuas falas que cremos; mas porque nós mesmos o ouvimos e sabemos que este é realmente o Salvador do mundo» (14). Em tudo isso, porém, não se deve esquecer que é justamente o testemunho apostólico fixado na Escritura, que nos chama para a Igreja como o povo de Deus e o corpo de Cristo. E nós protestantes temos que confessar que nem sempre ouvimos tal chamado com a devida atenção.

A terceira pergunta: A realidade do Espírito Santo na Igreja não é esquecida quando se afirma o princípio «**sola scriptura**»? A letra não triunfa sobre o Espírito? A interpretação protestante da fé não transforma o cristianismo em culto de um livro apenas?

Não pretendemos negar que o protestantismo às vezes correu e ainda corre o risco de assumir características de tal culto. Porém, as origens reformadoras do protestantismo não se dirigem neste sentido. Pode-se afirmar isso especialmente com respeito a Lutero. Lembremo-nos mais uma vez do que já foi dito quanto à relação entre o Verbo escrito e o Verbo encarnado. A autoridade da Escritura não é de caráter absoluto, mas sim, derivada da autoridade do Verbo encarnado. A Escritura tem autoridade apenas enquanto testemunha o Verbo encarnado. Daí resulta que nem todos os dizeres da Escritura são de igual importância. Sua dignidade depende da medida em que são aptos de conduzir-nos ao «**Deus pro nobis**». Um culto de um livro, por sua vez, deveria, como parece, igualar e tornar absolutos os dizeres da Escritura.

Lembremo-nos também da relação entre o Verbo escrito e o Verbo pregado. Não é pela simples citação de frases bíblicas, que o Verbo se faz ouvir entre nós, mas sim, pela pregação que concretiza

a mensagem para os respectivos ouvintes. E onde isso acontece, o Espírito Santo está atuando.

É apenas impossível colocar o Espírito em contraposição à Escritura. O apóstolo admoesta. «Amados, não deis crédito a qualquer espírito; antes, examinai os espíritos a ver se são de Deus». Mas como é que tal exame deve proceder? O apóstolo responde por apontar à mensagem central, contida no testemunho apostólico: «Nisto conheceis o Espírito de Deus: Todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa a Jesus não procede de Deus» (1. João 4, 1 ss.). O fato de que temos a ver com o Espírito Santo e não com outro espírito, conhecemos na concordância daquilo que o Espírito nos diz com o testemunho apostólico, conservado para nós na Sagrada Escritura. A Escritura não é eficaz sem o Espírito que nos «demonstra do Verbo o fulgor». Por outro lado é pela Escritura, que conhecemos o Espírito de Deus.

A quarta pergunta: A multiplicidade das exegeses, muitas vezes contraditórias, não comprova a necessidade de um magistério autoritário na Igreja?

O Concílio de Trento decretou que cabe à Igreja «**judicare de vero sensu et interpretatione Scripturarum sanctarum**», isto é, julgar quanto ao verdadeiro sentido e interpretação das Sagradas Escrituras⁽¹⁵⁾. Enquanto por isso é erigida uma autoridade da Igreja fora e independente da Escritura, nós protestantes sentimo-nos reservados, como foi exposto acima. Não negamos tôda e qualquer autoridade da Igreja quanto à interpretação da Sagrada Escritura. Os «livros confessionais». (**Bekennnisschriften**) que contêm as declarações da fé luterana, interpretam a Escritura de maneira normativa para nós. Mas diante da «**norma normans**» da Escritura são e permanecem «**norma normata**», motivo por que a interpretação da Escritura por parte dos «livros confessionais» permanece passível de críticas e correções.

Mas a multiplicidade das exegeses não comprova a necessidade de uma última instância eclesiástica? Tal argumentação já encontramos em Vicentius Lerinensis ao constatar que «**paene quot homines sunt, tot ibi sententiae erui posse videantur**»: «Parece que seja possível tirar das Escrituras quase tantos sentidos quantos homens existem». E Albert Lang afirma: «A história comprovou que Vincentius Lerinensis tinha razão» (16). Embora existam também certo consenso, não podemos negar que haja até o dia de hoje muita confusão entre os exegetas. Ora, por certo não é impossível para o Espírito Santo fazer ouvir-nos o Verbo de Deus também através de errôneas exegeses humanas. Mas tais considerações não são decisivas.

Discutindo a relação entre as autoridades da Escritura e da Igreja respectivamente, é, como nos parece, teologicamente impossível servir-se, como ponto de partida, das qualidades da exegese humana. A teologia dogmática do protestantismo parte das qualidades da Escritura. O princípio «**sola scriptura**» pressupõe — não podemos negá-lo — aquilo que Lutero chamou de «**claritas scripturae**» e a posterior ortodoxia protestante de «**perspicuitas scripturae**». A Sagrada Escritura é, como Lutero disse, **per sese certissima, facillima, apertissima, sui**

ipsius interpres» (17). Ela é por si mesma a mais certa, fácil e aberta à compreensão, interpretando-se a si mesma, não necessitando de outro intérprete. Essa afirmação não nega dificuldades de ordem filológica ou semelhantes na Escritura. Lutero afirma a «**claritas**» da Escritura no que diz respeito à sua mensagem central. «Que coisa mais sublime poderia ficar ainda encoberta na Escritura uma vez que os selos foram quebrados e a pedra removida da entrada do sepulcro, estando assim revelado o sumo mistério: Cristo, filho de Deus, se tornou homem, Deus é trino e uno, Cristo padeceu por nós e reinará para sempre» (18). A mensagem central, o mistério do «**Deus pro nobis**», a ser proclamado sempre de novo na pregação do evangelho, está claramente expressa na Escritura em seu sentido literal. Porém, que essa mensagem se dirija a mim, isso só o Espírito Santo me pode tornar claro, superando as trevas do meu coração. Por isso Lutero distinguia a «**claritas externa**» e a «**claritas interna**» da Escritura (19).

Considerando a Escritura como palavra de Deus, não nos parece possível negar sua «**claritas**» ou «**perspicuitas**». As incertezas não provêm do testemunho apostólico, mas sim, das fraquezas dos que interpretam tal testemunho. Como parece a nós protestantes, as incertezas não são superadas quando a autoridade da Escritura é apoiada pela autoridade da Igreja, mas sim, quando se estuda, de maneira cada vez mais intensiva, a própria Escritura.

Chegamos ao fim. Na Teologia Fundamental de Albert Lang, já várias vezes citada, encontrei a citação de algumas palavras do bispo protestante Otto Dibelius. A primeira parte dessa citação reza: «Hoje em dia não mais vale a pena manter disputas com católicos ou anglicanos quanto à relação entre Escritura e Tradição». É verdade, uma disputa não vale a pena fazer-se — mas um diálogo, sim. A nossa conferência tentou realizar alguns passos no caminho que leva da disputa a um diálogo. Os senhores notaram melhor do que eu quantas vezes tropecei nesse caminho. — Quanto às palavras do nosso bispo — elas apontaram ainda em outra direção, como demonstra a continuação: «Hoje em dia não mais vale a pena manter disputas com católicos ou anglicanos quanto à relação entre Escritura e Tradição. Hoje em dia outra questão se tornou premente, de modo que nos dói no coração, ou seja a questão: É a Bíblia e pode ela ser ainda hoje um livro com o qual se vive?» Acrescenta Lang. «Tal preocupação é compartilhada pelos católicos» (20). Estamos certos de que ele tem razão.

O b s e r v a ç õ e s :

- (1) WA 7,838
- (2) Apud Schulz, 145 (= Biblische Zeitschrift 1961, 176).
- (3) Cf. Schulz, 148.
- (4) Barth I, 1, 89 etc.
- (5) WA 39 I, 47
- (6) WA, Deutsche Bibel 7, 384.
- (7) Cf. H. E., Hino 75, 2ª estrofe. Alteramos a tradução do original alemão, mesmo à custa do ritmo, por motivo de exatidão indispensável aqui.
- (8) WA 7, 721. Cf. também: Harding Meyer, Das geschriebene und das mündliche Evangelium. Em: Estudos Teológicos 1961, 2 — 20.
- (9) WA 10 I, 1, 626.

- (10) Barth I, 1, 107.
- (11) Apud Barth, I, 2, 526
- (12) Bartmann, 30.
- (13) Apud Weber, 247, obs. 7.
- (14) Cf. Barth, I, 2, 526.
- (15) Denzinger, n. 786.
- (16) Lang, 286.
- (17) WA 7, 97.
- (18) WA 18, 606.
- (19) Cf. WA 18, 609.
- (20) Lang, 288.

Abreviações da literatura citada:

- Barth — Karl Barth, Die Kirchlíche Dogmatik. Vol. I, 1: 6ª ed., Zúrique 1952.
Vol. I, 2: 4ª ed., Zúrique 1948.
- Bartmann — Bernardo Bartmann, Teologia Dogmática. Vol. I (Trad. de Pe. Vicente Pedroso), Edições Paulinas, São Paulo 1962.
- Denzinger — Henr. Denzinger et Carolus Rahner, Enchiridion Symbolorum. 29ª ed., Friburgo / Alemanha 1953.
- H. E. — Hinos Evangélicos. Edição provisória revisada. Editora Sinodal, São Leopoldo / RGS, 1962.
- Lang — Albert Lang, Der Auftrag der Kirche. Fundamentaltheologie II. 3ª ed., Munique 1962.
- Schulz — Siegfried Schulz, Die römisch-katholische Exegese zwischen historisch-kritischer Methode und lehrämtlichem Machanspruch. Em: Evangelische Theologie, 1962, 141 — 156.
- WA — D. Martin Luthers Werke. Kritische Gesamtausgabe. Weimar 1883 ss.
- Weber — Otto Weber, Grundlagen der Dogmatik I. Neukirchen 1955.
- Nota final:** Esta conferência, proferida em 12-8-63 no Colégio Máximo dos Padres Jesuítas «Cristo Rei» em São Leopoldo, foi originalmente elaborada em alemão. O autor agradece a colaboração do acadêmico Walter Altmann na tradução feita.